

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

31 de dezembro de 2023 e 2022



Índice

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 13)	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	11
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
NOTA 03 - SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	11
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
NOTA 05 - CONTAS A RECEBER	14
NOTA 06 - ESTOQUE	15
NOTA 07 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	15
NOTA 08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	15
NOTA 09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	16
NOTA 10 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	16
NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
NOTA 12 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	17
NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	17
NOTA 14 - PROVISÃO PASSIVOS	17
NOTA 15 - RECEITAS	17
NOTA 16 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	18
NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS	18
NOTA 18 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	18
NOTA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	18
NOTA 20 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	18
NOTA 21 - RECEITAS EDUCACIONAIS	19
NOTA 22 - OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	19
NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS	20
NOTA 24 - CONTINUIDADE OPERACIONAL	21
NOTA 25 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUA DIVULGAÇÃO	21



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Rio-grandense de Educação

CNPJ 87.115.838/0001-09

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sedes Administrativas:

Sede Administrativa Central Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida João Wallig, 596 – Passo D'Areia – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0060-69

Avenida Caí, 82 – Cristal – Porto Alegre / RS

Sede Administrativa Norte Sul Rio-grandense

CNPJ 87.115.838/0071-11

Avenida Pedro Adams Filho, 3224 – Pátria Nova – Novo Hamburgo / RS

Internato:

Instituto Adventista Cruzeiro do Sul

CNPJ 87.115.838/0080-02

Avenida Sebastião Amoretti, 2130 – Centro – Taquara / RS

Unidades Escolares:

Colégio Adventista de Esteio

CNPJ 87.115.838/0008-85

Rua Santo Amaro, 218 – Centro – Esteio / RS

Colégio Adventista de Gravataí

CNPJ 87.115.838/0025-86

Rua Irma Vieira, 75 – Monte Belo – Gravataí / RS

Colégio Adventista de Novo Hamburgo

CNPJ 87.115.838/0011-80

Rua Visconde de Taunay, 423 – Rio Branco – Novo Hamburgo / RS

Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Norte

CNPJ 87.115.838/0032-05

Rua Mali, 255 – Jardim Itati – Porto Alegre / RS



Colégio Adventista de Porto Alegre Zona Sul

CNPJ 87.115.838/0074-64

Rua Camaquã, 534 – Camaquã – Porto Alegre / RS

Colégio Adventista de Santa Maria

CNPJ 87.115.838/0016-95

Rua Visconde de Pelotas, 586 – Centro – Santa Maria / RS

Colégio Adventista de Viamão

CNPJ 87.115.838/0045-20

Rua General Câmara, 226 – Centro – Viamão / RS

Colégio Adventista do Partenon

CNPJ 87.115.838/0026-67

Rua Valado, 363 – Partenon – Porto Alegre / RS

Escola Adventista de Alegrete

CNPJ 87.115.838/0036-39

Rua Bento Manoel, 1121 – Centro – Alegrete / RS

Escola Adventista de Alvorada

CNPJ 87.115.838/0048-72

Rua Ary Muller, 222 – Jardim Maringá – Alvorada / RS

Escola Adventista de Cachoeira do Sul

CNPJ 87.115.838/0004-51

Rua Virgílio de Abreu, 1634 – Centro – Cachoeira do Sul / RS

Escola Adventista de Cachoeirinha

CNPJ 87.115.838/0003-70

Rua Antônio Bastos, 291 – Vila Regina – Cachoeirinha / RS

Escola Adventista de Canoas

CNPJ 87.115.838/0084-36

Avenida Farroupilha, 5680 – Marechal Rondon – Canoas / RS

Escola Adventista de Canudos

CNPJ 87.115.838/0041-04

Rua Vereador Carlos Emilio Kolling, 92 – Canudos – Novo Hamburgo / RS

Escola Adventista de Caxias do Sul

CNPJ 87.115.838/0065-73

Rua Amazonas, 1000 – Jardim América – Caxias do Sul / RS

Escola Adventista de Erechim

CNPJ 87.115.838/0067-35

Rua Clementina Rossi, 169 – Centro – Erechim / RS

Escola Adventista de Fazenda Passos

CNPJ 87.115.838/0015-04

Zona Rural – Fazenda Passos – Rolante / RS



Escola Adventista de Ijuí

CNPJ 87.115.838/0009-66

Rua Ernesto Alves, 249 – Centro – Ijuí / RS

Escola Adventista de Osório

CNPJ 87.115.838/0039-81

Rua Padre Reus, 270 – Centro – Osório / RS

Escola Adventista de Pelotas

CNPJ 87.115.838/0013-42

Rua Almirante Barroso, 3008 – Centro – Pelotas / RS

Escola Adventista de Rio Grande

CNPJ 87.115.838/0040-15

Rua General Vitorino, 742 – Centro – Rio Grande / RS

Escola Adventista de Santa Cecília

CNPJ 87.115.838/0043-68

Avenida Plácio Motim, 1588 – Santa Cecília – Viamão / RS

Escola Adventista de Santo Ângelo

CNPJ 87.115.838/0019-38

Avenida Venâncio Aires, 2168 – Centro – Santo Ângelo / RS

Escola Adventista de Santo Antônio da Patrulha

CNPJ 87.115.838/0027-48

Rua Sezefredo Costa Torres, 64 – Centro – Santo Antônio da Patrulha / RS

Escola Adventista do Sarandi

CNPJ 87.115.838/0018-57

Rua Passos Figueroa, 841 – Sarandi – Porto Alegre / RS

Centro de Treinamento:

Centro Adventista de Treinamento e Recreação Campestre

CNPJ 87.115.838/0046-00

Loc. Campestre Novo – Distrito – Santo Antônio da Patrulha / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Williams Moreira Cesar

Williams Moreira Cesar (30 de abril de 2024 14:41 ADT)

Williams Moreira Cesar

Presidente

Tiago Fraga da Costa

Tiago Fraga da Costa (30 de abril de 2024 10:49 ADT)

Tiago Fraga da Costa

Diretor

Edson Erthal

Edson Erthal

Administrador

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Pablo Leonardo de Lima Ramos (30 de abril de 2024 10:47 ADT)

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Contador

CRC/PR 063935/O-6



BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	NE	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		276.321.043	246.020.445
ATIVO CIRCULANTE	03.1	35.934.356	44.623.712
Caixa e Equivalentes de Caixa	03.3 e 04	13.635.933	21.001.121
Contas a Receber	03.4 e 05	19.790.577	21.174.269
Estoques	03.6 e 06	582.707	444.537
Despesas Antecipadas	03.7	1.925.140	2.003.784
ATIVO NÃO CIRCULANTE	03.1	240.386.687	201.396.734
Realizável a Longo Prazo		87.170	57.570
Imobilizado	03.8 e 08	240.298.397	201.338.044
Intangível	03.8 e 08	1.120	1.120
PASSIVO		276.321.043	246.020.445
PASSIVO CIRCULANTE	03.1	32.879.420	21.281.462
Contas a Pagar	03.9 e 09	26.769.742	13.902.553
Provisões	03.10 e 14	2.811.722	4.693.499
Fundos em Confiança		126.226	52.967
Adiantamentos de Clientes		3.171.729	2.632.443
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	03.1	14.304.461	14.690.453
Exigível a Longo Prazo		14.304.461	14.690.453
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	229.137.163	210.048.531
Patrimônio Social		210.048.531	189.071.883
Superávit / Déficit do Exercício		19.088.632	20.976.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	31/12/2023			31/12/2022		
		Principal	Sustentável	Total	Principal	Sustentável	Total
RECEITAS OPERACIONAIS	03.12 e 15	205.143.515	5.502.545	210.646.059	161.416.741	4.480.679	165.897.420
RECEITA DE SERVIÇOS, VENDAS E CONTRIBUIÇÕES	15 e 22	182.318.351		182.318.351	140.266.764		140.266.764
Receita Líquida de Educação Básica	22	182.318.351		182.318.351	140.266.764		140.266.764
Receita Bruta Serviços Educacionais	15a e 22	231.733.162		231.733.162	192.479.513		192.479.513
(-) Descontos Educação Básica	15c e 22	-9.009.974		-9.009.974	-20.250.426		-20.250.426
(-) Bolsas Educação Básica – 100%	15b e 22	-26.013.235		-26.013.235	-21.170.257		-21.170.257
(-) Bolsas Educação Básica – 50%	15b e 22	-14.391.603		-14.391.603	-10.792.065		-10.792.065
RECEITA DE DOAÇÕES, SUBVENÇÕES E OUTRAS		22.825.164	5.502.545	28.327.709	21.149.977	4.480.679	25.630.656
Doações Diversas		2.797.039	1.705	2.798.743	3.671.762	18	3.671.781
Subvenções Não Governamentais		1.379.683	928.695	2.308.379	2.869.774	513.159	3.382.934
Outras Receitas Operacionais		18.648.442	4.572.145	23.220.587	14.608.440	3.967.501	18.575.942
Resultado Operacional Bruto		205.143.515	5.502.545	210.646.059	161.416.741	4.480.679	165.897.420
DESPESAS OPERACIONAIS		-171.486.587	-5.196.815	-176.683.402	-141.000.981	-5.447.641	-146.448.622
Despesas com Pessoal		-97.253.390	-1.388.852	-98.642.242	-79.733.129	-1.218.781	-80.951.910
Encargos Sociais e Previdenciários		-7.454.410	-140.887	-7.595.297	-6.293.123	-104.565	-6.397.688
Administrativas e Gerais		-48.114.549	-2.625.630	-50.740.179	-38.485.809	-3.195.571	-41.681.380
Depreciações e Amortizações		-10.445.381	-857.267	-11.302.648	-8.968.666	-765.832	-9.734.499
Encargos Tributários		-455.421	-30.026	-485.447	-277.160	-73.882	-351.042
Assistência e Orientação Social		-7.068.268	-154.154	-7.222.422	-6.850.888	-89.009	-6.939.897
Convênios Instituições Congêneres		-695.168		-695.168	-392.207		-392.207
Resultado Operacional Líquido		33.656.928	305.729	33.962.657	20.415.759	-966.961	19.448.798
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-14.477.551	-396.475	-14.874.026	1.526.004	1.846	1.527.850
Receitas Financeiras		2.483.505	7.965	2.491.470	3.374.035	4.048	3.378.083
Despesas Financeiras		-16.961.056	-404.440	-17.365.496	-1.848.031	-2.202	-1.850.233
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	16	19.179.377	-90.746	19.088.632	21.941.763	-965.115	20.976.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 13)

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.236.376	38.283.612
Resultado do Exercício Ajustado	32.731.019	33.076.759
Superávit do Exercício	19.088.632	20.976.648
Depreciação do Imobilizado	10.998.859	9.500.281
Amortização do Intangível		2.294
Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	2.643.529	2.597.536
(Aumento) Redução Ativos Circulantes e Realizável LP	-1.348.962	-3.735.538
Contas a Receber	-1.259.837	-2.699.960
Estoques	-138.170	-34.358
Despesas Antecipadas	78.644	-1.024.716
Realizável a Longo Prazo	-29.600	23.496
Aumento (Redução) Passivos Circulantes e Exigível LP	11.854.319	8.942.390
Contas a Pagar	12.551.191	6.274.994
Provisões	-1.881.776	1.379.181
Fundos em Confiança	73.260	41.941
Receitas Antecipadas	539.286	-392.817
Exigível a Longo Prazo	572.359	1.639.091
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.959.212	-39.416.601
(Acréscimo) Redução nos Investimentos	-49.959.212	-39.416.601
Imobilizado	-49.959.212	-39.416.601
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-642.353	4.737.124
Acréscimo (Redução) de Financiamentos	-642.353	4.737.124
Captação de Empréstimos	-642.353	4.737.124
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	-7.365.188	3.604.135
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.001.121	17.396.986
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.635.933	21.001.121

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Ajuste Aval. Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 dezembro de 2021	189.071.883			189.071.883
Superávit/Déficit do Período		20.976.648		20.976.648
Recursos de Superávit	20.976.648	-20.976.648		0
Saldo em 31 dezembro de 2022	210.048.531			210.048.531
Superávit/Déficit do Período		19.088.632		19.088.632
Recursos de Superávit	19.088.632	-19.088.632		0
Saldo Final em 31 dezembro de 2023	229.137.163			229.137.163

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL RIO-GRANDENSE DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização Adventista, tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nos dados da Instituição nestas demonstrações. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 17 da Lei Complementar 187/2021. Possui título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 14.263 de 25/10/1962. A entidade possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação, tendo sua validade até o dia 18 de março de 2014 conforme o processo número 71010.001944/2009-70, sendo sua renovação processada sob número 23000041004/2018-81, o qual encontra-se em fase de análise no Ministério da Educação.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 R1 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes;

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação;

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Dúvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e



levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.11 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.12 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;



c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.13 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.14 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores reconhecidos como Caixa e Equivalentes de Caixa são representados por disponibilidades em moeda corrente, aplicações financeiras de alta liquidez e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.635.933	21.001.121
Caixa	23.387	16.394
Banco Conta Movimento	3.064.312	2.043.521
Banco Conta Aplicações	10.548.234	18.941.207
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	13.635.933	21.001.121

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	137.188	68.008
Serviços Educacionais a Receber	31.682.124	29.554.079
Adiantamentos a Pessoal	3.929.975	2.763.332
Entidades Congêneres a Receber	7.224.467	9.639.794
Impostos a Recuperar	1.039	1.056
Outros Créditos	2.652.012	2.340.699
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-25.836.228	-23.192.699
Total a Receber Líquido	19.790.577	21.174.269



NOTA 06 – ESTOQUE

O Estoque é utilizado para o consumo das atividades da entidade.

Estoques	31/12/2023	31/12/2022
Materiais de Consumo	582.707	444.537
Total de Estoques	582.707	444.537

NOTA 07 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

Conjunto de bens e direitos com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais a Receber	87.170	55.970
Outros Créditos a Longo Prazo	0	1.600
Total Realizável a Longo Prazo	87.170	57.570

NOTA 08 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

- a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Descrição	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Veículos	Outros	Total
Saldos 1º de Janeiro 2022	34.207.577	86.886.742	1.770.469	8.728.060	3.904.876	4.040.906	92.952	31.790.142	171.421.724
Aquisições e Baixas	2.914.681	25.518.572	184.084	2.475.990	2.506.173	1.513.904	17.899	4.285.297	39.416.601
Depreciações		-5.301.107	-141.600	-1.535.337	-800.716	-1.670.968	-43.415	-7.138	-9.500.281
Saldos 31 de dezembro 2022	37.122.258	107.104.207	1.812.953	9.668.714	5.610.334	3.883.843	67.435	36.068.301	201.338.044
Custo do Imobilizado	37.122.258	157.048.008	2.999.901	19.256.628	11.635.555	14.639.590	441.269	36.172.003	279.315.211
Depreciação Acumulada		-49.943.801	-1.186.948	-9.587.915	-6.025.221	-10.755.747	-373.833	-103.702	-77.977.167
Valor Residual	37.122.258	107.104.207	1.812.953	9.668.714	5.610.334	3.883.843	67.435	36.068.301	201.338.044
Saldos 1º de Janeiro 2023	37.122.258	107.104.207	1.812.953	9.668.714	5.610.334	3.883.843	67.435	36.068.301	201.338.044
Aquisições e Baixas	10.408.126	41.027.647	4.012.386	2.304.338	-132.015	1.770.869	75.000	-9.507.139	49.959.212
Depreciações		-6.478.153	-200.900	-1.727.189	-723.152	-1.816.203	-46.372	-6.890	-10.998.859
Saldos 31 de dezembro 2023	47.530.384	141.653.701	5.624.439	10.245.863	4.755.166	3.838.508	96.063	26.554.272	240.298.397
Custo do Imobilizado	47.530.384	198.075.655	7.012.287	21.560.966	11.503.539	16.410.459	516.269	26.664.864	329.274.423
Depreciação Acumulada		-56.421.954	-1.387.848	-11.315.103	-6.748.373	-12.571.950	-420.205	-110.592	-88.976.026
Valor Residual	47.530.384	141.653.701	5.624.439	10.245.863	4.755.166	3.838.508	96.063	26.554.272	240.298.397



- b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.

Descrição	Softwares	Total
Saldos 1º de Janeiro 2022	3.414	3.414
Amortizações	-2.294	-2.294
Saldos 31 de dezembro 2022	1.120	1.120
Custo do Intangível	83.787	83.787
Amortização Acumulada	-82.667	-82.667
Valor Residual	1.120	1.120
Saldos 1º de Janeiro 2023	1.120	1.120
Saldos 31 de dezembro 2023	1.120	1.120
Custo do Intangível	83.787	83.787
Amortização Acumulada	-82.667	-82.667
Valor Residual	1.120	1.120

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Materiais e Serviços	3.909.662	3.384.016
Obrigações Tributárias	48.574	74.245
Obrigações Trabalhistas	3.341.597	2.479.033
Obrigações com Empregados	4.283.301	3.725.134
Entidades Congêneres a Pagar	13.894.941	3.071.261
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.045.474	729.476
Outras Contas a Pagar	246.193	439.389
Total a Pagar Líquido	26.769.742	13.902.553

NOTA 10 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Os itens que compõe o saldo do exigível a longo prazo estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Exigível a Longo Prazo	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Tributárias a Longo Prazo	8.933.712	8.933.712
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.283.683	5.630.089
Outras Obrigações a Longo Prazo	1.087.065	126.651
Total Exigível a Longo Prazo	14.304.461	14.690.453



NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 12 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2023, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2023. Para o exercício de 2024 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 14 - PROVISÃO PASSIVOS

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2023:

Provisões	31/12/2023	31/12/2022
Provisões Trabalhistas	2.145.984	2.708.826
Provisões Judiciais e Cíveis	576.000	318.800
Provisões para Contingências	89.738	1.665.873
Total de Provisões	2.811.722	4.693.499

NOTA 15 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 187/2021, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 187/2021, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.



NOTA 16 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit dos exercícios de 2023 e 2022 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 18 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2023 e 2022.

NOTA 20 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

a) Contribuição Previdenciária para o INSS

Conforme o Art. 3 da Lei nº 187/2021, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas:

Contribuições Sociais Usufruídas (Isentas)	Principal	Sustentável	Total
Folha de Salários - 20%	16.389.822	250.831	16.640.653
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	275.900	18.779	294.679
Terceiros (4,5% - Educação) **	3.652.207	52.622	3.704.829
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%) *	934.639	18.415	953.054
Total	21.252.569	340.646	21.593.215

Nota: * O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: ** Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.



b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, 75 e os artigos 178 e 184 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, aprovado pelo Decreto 9.580 de 2018.

NOTA 21 – RECEITAS EDUCACIONAIS

Os itens que compõe o saldo das Receitas Educacionais estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Receitas Educacionais	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de Educação Básica	182.318.351	140.266.764
Receita Bruta Serviços Educacionais	231.733.162	192.479.513
Serviços Educação Básica - Pagantes	182.507.855	153.156.249
Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo	8.820.469	7.360.941
Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	26.013.235	21.170.257
Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	14.391.603	10.792.065
(-) Deduções Receita Serviços Educacionais	-49.414.811	-52.212.749
Descontos Incondicionais Educação Básica	-189.505	-167.612
Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo	-8.820.469	-20.082.814
Bolsas Educação Básica – 100%	-26.013.235	-21.170.257
Bolsas Educação Básica – 50%	-14.391.603	-10.792.065
Total Receitas Educacionais	182.318.351	140.266.764

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 3 da Lei Complementar nº 187/2021 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.



NOTA 23 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS

Em atendimento ao artigo 20 da Lei Complementar nº 187/2021 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Educação Básica - Proporção 1/9	2023	2022
Alunos Pagantes [Matriculados (-) Bolsa Funcional]	16.937	15.194
Alunos Matriculados	18.194	16.387
Alunos com Bolsa Funcional (100%)	-630	-563
Alunos Inadimplentes	-627	-630
Saldo Excedente (Proporção 1/9) [Necessários (-) Bolsa Integral]	273	294
Alunos com Bolsa Integral (Lei 12.101/2009)	1.939	1.784
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Proporção 1/9) [Pagantes / 10]	-1.666	-1.490

Educação Básica - Proporção 1/5	2023	2022
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [Bolsa Integral (-) Necessários 1/ 5]	-1.061	-898
Alunos Necessários (Proporção 1/5) [Pagantes / 6]	-3.000	-2.682
Alunos com Bolsa Integral	1.939	1.784
Alunos com Bolsa Parcial 50% - (Lei 12.101/2009)	2.224	1.849
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [(Bolsa Parcial / 2)+Excedente Bolsas Integrais]	51	27
Saldo Excedente (Proporção 1/5) [Bolsa Integral (-) Necessários 1/ 5]	-1.061	-898
Alunos com Bolsa Parcial 50% /2	1.112	925

I - A instituição concedeu 273 (duzentos e setenta e três) Bolsas Integrais em 2023 e 294 (duzentos e noventa e quatro) Bolsas Integrais em 2022 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 51 (cinquenta e uma) Bolsas Parciais de 50% em 2023 e 27 (vinte e sete) Bolsas Parciais de 50% em 2022 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.




NOTA 24 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Entidade avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende manter sua atuação na execução de serviço educacional. Não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

NOTA 25 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUA DIVULGAÇÃO

Em 24 de abril de 2024, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras e autoriza a divulgação durante o exercício de 2024. O conjunto completo das demonstrações contábeis pormenorizadas, incluindo demonstrações auxiliares, contábeis e financeiras, encontram-se arquivadas na sede da Entidade.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.


Pablo Ramos (30 de abril de 2024 10:47 ADT)

Pablo Leonardo de Lima Ramos

Contador

CRC/PR 063935/O-6










Demonstrações Contábeis IASRE 2023

Relatório de auditoria final

2024-04-30

Criado em:	2024-04-30 (Fuso horário do Uruguai)
Por:	Daniel Arcelino (daniel.arcelino@adventistas.org)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAjIneeWtHdDGGldNf5hiOdFbd20rbbE0g
Quantidade de documentos:	1
Contagem de páginas do documento:	21
Quantidade de arquivos de apoio:	0
Contagem de páginas dos arquivos de apoio:	0

Histórico de "Demonstrações Contábeis IASRE 2023"

-  Documento criado por Daniel Arcelino (daniel.arcelino@adventistas.org)
2024-04-30 - 9:49:18 ADT- Endereço IP: 45.167.33.142
-  Documento enviado por email para Williams Cesar (williams.cesar@adventistas.org) para assinatura
2024-04-30 - 10:44:30 ADT
-  Documento enviado por email para Edson Erthal (edson.erthal@adventistas.org) para assinatura
2024-04-30 - 10:44:30 ADT
-  Documento enviado por email para Tiago Fraga (tiago.fraga@adventistas.org) para assinatura
2024-04-30 - 10:44:30 ADT
-  Documento enviado por email para Pablo Ramos (pablo.ramos@adventistas.org) para assinatura
2024-04-30 - 10:44:30 ADT
-  Email visualizado por Pablo Ramos (pablo.ramos@adventistas.org)
2024-04-30 - 10:47:31 ADT- Endereço IP: 45.167.33.142
-  Documento assinado eletronicamente por Pablo Ramos (pablo.ramos@adventistas.org)
Data da assinatura: 2024-04-30 - 10:47:44 ADT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 45.167.33.142
-  Email visualizado por Tiago Fraga (tiago.fraga@adventistas.org)
2024-04-30 - 10:49:06 ADT- Endereço IP: 187.72.238.65
-  O signatário Tiago Fraga (tiago.fraga@adventistas.org) inseriu o nome Tiago Fraga da Costa ao assinar
2024-04-30 - 10:49:40 ADT- Endereço IP: 187.72.238.65



Powered by
Adobe
Acrobat Sign

 Documento assinado eletronicamente por Tiago Fraga da Costa (tiago.fraga@adventistas.org)

Data da assinatura: 2024-04-30 - 10:49:42 ADT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 187.72.238.65

 Email visualizado por Edson Erthal (edson.erthal@adventistas.org)

2024-04-30 - 11:24:44 ADT- Endereço IP: 45.226.216.160

 Email visualizado por Williams Cesar (williams.cesar@adventistas.org)

2024-04-30 - 13:45:30 ADT- Endereço IP: 38.191.38.118

 O signatário Williams Cesar (williams.cesar@adventistas.org) inseriu o nome Williams Moreira Cesar ao assinar

2024-04-30 - 14:41:10 ADT- Endereço IP: 38.191.38.118

 Documento assinado eletronicamente por Williams Moreira Cesar (williams.cesar@adventistas.org)

Data da assinatura: 2024-04-30 - 14:41:12 ADT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 38.191.38.118

 Documento assinado eletronicamente por Edson Erthal (edson.erthal@adventistas.org)

Data da assinatura: 2024-04-30 - 14:48:32 ADT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 177.51.83.74

 Contrato finalizado.

2024-04-30 - 14:48:32 ADT

